

Depois do último ano bom: *os sindicatos e a reforma da educação na Grécia¹*

After the last good year:
trade unions and educational reform in Greece

Después del último buen año:
sindicatos y reforma educativa en Grecia

 ANNA TRAIANOU*

Universidade de Londres, Reino Unido

RESUMO: Este artigo analisa desafios e dilemas dos sindicatos docentes na negociação de políticas educacionais em contextos de crise. Com atenção especial à avaliação de escolas e professores/as, o estudo enfoca as reformas da educação grega, analisando sua implementação num período prolongado de ajuste estrutural e austeridade (2010–2023). A partir de entrevistas com lideranças de sindicatos do ensino primário e secundário, discutem-se as condições em que as reformas surgiram e as respostas dos sindicatos docentes num sistema educacional em processo de transformação histórica. Argumenta-se que a crise provocou incertezas estratégicas no sindicalismo docente grego, que apesar disso conserva sua identidade como componente ativo dos movimentos por mudança educacional, defendendo o status e as condições de trabalho de seus membros. Os debates na Grécia evidenciam uma combinação de aspirações econômicas e políticas, característica dos sindicatos docentes em toda o sul da Europa.

Palavras-chave: Atores sociais estratégicos. Austeridade. Reformas na avaliação docente. Sindicatos docentes na Grécia. Estado executivo.

* Departamento de Estudos da Educação, Goldsmiths, Universidade de Londres, Reino Unido. Este trabalho teve o apoio da BA/Leverhulme Small Research Grants: (bolsa SRG1819\191004).
E-mail: <a.traianou@gold.ac.uk>.

ABSTRACT: Education policy research has seen a growing interest in the consequences of teacher trade unionism of global education reform. Less attention has been paid to teacher unions as strategic social actors attempting to influence both national education policy and employment relations at the school level. Addressing this topic, the article examines the challenges and dilemmas of teacher trade unions as they negotiate education policies in crisis contexts. With a particular concern for school and teacher evaluation, it focuses on reforms in Greek education, as these have played out in a period of structural adjustment and prolonged austerity (2010–2023). Drawing on interview data with leading members of the primary and secondary teacher unions, the article discusses the conditions in which reforms have emerged and the responses they have evoked from teacher unions in an education state undergoing historically significant change. It argues that the crisis provoked uncertainties of strategy in Greek teacher unionism. Nevertheless, unions maintain their identity as active components of movements for educational change and as organisations that aim to defend the status and working conditions of their members. Debates in Greece highlight a combination of economic and political aspirations, characteristic of teacher unions across Southern Europe.

Keywords: Strategic social actors. Austerity. Teacher evaluation reform. Greek teacher trade unions. Poulantzas. Executive state.

RESUMEN: Este artículo analiza los desafíos y dilemas de los sindicatos de docentes en la negociación de políticas educativas en contextos de crisis. Con especial atención a la evaluación de escuelas y docentes, el estudio se centra en las reformas educativas griegas y analiza su implementación durante un período prolongado de ajuste estructural y austeridad (2010–2023). A partir de entrevistas con líderes de sindicatos de educación primaria y secundaria, se discuten las condiciones en las que surgieron las reformas y las respuestas de los sindicatos de docentes en un sistema educativo en proceso de una transformación histórica. Se argumenta que la crisis ha generado incertidumbre estratégica en el sindicalismo docente griego, que, sin embargo, conserva su identidad como componente activo de los movimientos por cambios en la educación, defendiendo el estatus y las condiciones de trabajo de sus miembros. Los debates en Grecia muestran una combinación de

aspiraciones económicas y políticas, propia de los sindicatos de docentes en todo el sur de Europa.

Palabras clave: Actores sociales estratégicos. Austeridad. Reformas en la evaluación docente. Sindicatos docentes en Grecia. Estado ejecutivo.

Introdução

Após um período de certa negligência (JONES, 2005), as regras de participação dos sindicatos de docentes no processo político têm sido objeto de pesquisa com maior frequência (VERGER, FONTDEVILA & ZANCAJO, 2016). O impacto da nova gestão pública no poder de negociação dos sindicatos já foi pesquisado em termos amplos (MÜLLER, VANDAELE & WADDINGTON, 2019) e, nos casos de alguns países, já recebeu atenção pormenorizada (PERUZZO, BALL & GRIMALDI, 2022). Em outros aspectos, porém, ainda há poucas pesquisas sobre sindicatos docentes. Registra-se apenas um esforço restrito (WEINSTEIN & ZETTELMEIER, 2022) para entendê-los como atores estratégicos e coletivos, que tentam modelar tanto os rumos das políticas nacionais quanto as relações coletivas no âmbito escolar.

Este artigo tem como objetivo partir dessa literatura limitada para analisar os desafios e dilemas dos sindicatos docentes nas suas tentativas de negociar políticas educacionais em contextos de crise. Seu ponto de partida são as reformas na educação da Grécia, uma vez que elas foram implementadas num período prolongado de ajuste estrutural e austeridade (2010-2023); o interesse específico do texto é a implementação de políticas de avaliação das escolas e dos/das professores/as. O artigo busca determinar as condições em que as reformas surgiram, explicar o seu significado histórico e identificar as características do novo tipo de “Estado educacional” que elas ajudam a constituir. Também discute os desafios que elas representam para o status histórico e a posição atual do sindicalismo docente na Grécia, como esses desafios são interpretados por dirigentes sindicais e a reformulação estratégica a que se dirigem. Entendendo os sindicatos docentes como entidades politicamente diversas, o artigo analisa as motivações para contestar as políticas de avaliação, expressas de modos diversos pelas lideranças sindicais e pelas correntes opositoras em seus órgãos executivos.

O artigo se baseia num projeto mais amplo financiado pela British Academy, que utilizou a metodologia de estudo de caso histórico para compreender a elaboração de políticas nacionais de educação em condições de ajustamento estrutural e reforma do Estado (TRAIANO, 2023a). Aqui, utilizo principalmente dados de entrevistas com membros proeminentes da Federação Grega de Docentes do Ensino Básico Público – DOE e

da Federação de Docentes do Ensino Secundário Público – OLME para questionar: 1) Quais são as perspectivas dos/das dirigentes sindicais quanto a suas opções estratégicas durante o período de austeridade, ajuste estrutural e reforma do Estado? Quais são as principais diferenças de perspectiva entre as correntes dentro dos sindicatos? 2) Como esses/as dirigentes veem e como se relacionam com as reformas na avaliação dos governos pós-2019? 3) Como a análise das perspectivas sindicais gregas contribui para a compreensão dos sindicatos docentes como atores sociais e políticos no período de contínuas reformas neoliberais?

O texto está organizado em seis seções. As duas primeiras tratam do fundamento teórico. A terceira apresenta o contexto do sindicalismo docente grego e sua relação com a literatura mais ampla sobre sindicatos docentes. Passa, então, a discutir a metodologia de pesquisa (Seção 4) e a análise dos dados que foram coletados (Seções 5–7). A seção final apresenta uma discussão das minhas conclusões e se encerra com a contribuição da pesquisa para a literatura sobre sindicatos docentes.

Austeridade, crise e reforma do Estado

Já discuti em outras oportunidades as dimensões educacionais das políticas de austeridade e reforma estrutural (TRAIANOU, 2023a; 2019). Neste artigo, com base em Nicos Poulantzas (1969, 1975 e 1978), concentro-me no aspecto estratégico da política e, assim, chamo a atenção para seus elementos conflituosos. Para Poulantzas, o Estado é uma “instância” que “preserva a coesão de uma formação social e [...] reproduz as condições de produção de um sistema social, mantendo a dominação de classe” (POULANTZAS, 1969, p. 77). Na elaboração de Bob Jessop, é um “conjunto distinto de instituições e organizações cuja função aceita socialmente é definir e aplicar decisões coletivamente vinculantes aos membros de uma sociedade em nome do seu interesse comum ou vontade geral” (JESSOP, 1990, p. 341). Esse entendimento não é monolítico. Como Poulantzas (1975, 1978) apontou, o Estado é um domínio no qual se encontram estratégias concorrentes em busca da hegemonia (JESSOP, 1985). As instituições do Estado (como a escola, a igreja etc.), sua relação com atores/atrizes sociais e sua capacidade de promover a mudança ou resistir à mudança são, todas elas, influenciadas pelo conflito social. A constituição histórica e formal de um Estado é o resultado dessa interação — uma “condensação material” de conflitos (JESSOP, 2011, p. 43), que reflete um “equilíbrio de compromissos instável” (POULANTZAS, 1975, p. 192). As instituições e as políticas evoluem através do “empurra e puxa, do debate político e da luta de classes” (JESSOP, 1990, p. 341).

Poulantzas desenvolveu essa perspectiva teórica no contexto da crise política da década de 1970 no sul da Europa. As formas de Estado, especialmente num período de crise, eram frequentemente desestabilizadas pelas lutas políticas que ocorriam dentro

delas e ao seu redor, de modo que o Estado podia ter um caráter “fraturado, desunificado” (POULANTZAS, 1978, p. 206). Tentando resolver a crise, os partidos e interesses dominantes se empenhavam em tornar o Estado mais coerente; ao fazer isso, muitas vezes tomavam medidas decisivas para mudar as formas do Estado de um período anterior. Após a crise de 2008, Jessop (2011, 2019) chegou a um entendimento mais aprofundado. Ele observou que “a intensificação e a interação de tendências de crise de diferentes tipos [políticas, econômicas, sociais] [...] levaram a uma forma estatal cada vez mais autoritária do regime neoliberal” (JESSOP, 2019, p. 356). Houve uma mudança radical nas instituições políticas, diminuindo qualquer influência que os grupos subordinados pudessem ter. Ian Bruff e Cemal Tansel, complementando essa análise, escrevem a respeito de novas práticas governamentais que “buscam marginalizar, disciplinar e controlar grupos sociais dissidentes e políticas oposicionistas, em vez de lutar por seu consentimento explícito ou cooptação” (BRUFF & TANSEL, 2020, p. 233-234). Tais práticas incluem “a invocação repetitiva do ‘mercado’ ou da ‘necessidade econômica’ para justificar uma ampla gama de reestruturações em vários setores da sociedade”; a “tendência crescente a priorizar mecanismos constitucionais e jurídicos, em vez do debate democrático e da participação, e a centralização dos poderes do Estado por parte do poder executivo” (BRUFF & TANSEL, 2020, p. 233-234).

No caso da Grécia, a crise econômica de 2008, que levou a três programas de ajuste estrutural (2010, 2012 e 2015), o colapso dos principais partidos políticos e a ascensão e subsequente derrota da esquerda radical conduziram a uma reformulação autoritária do Estado com o intuito de redefinir a relação entre as classes sociais. Como vou argumentar, é com esse novo Estado que os sindicatos docentes estão tendo que lidar, e isso tem implicações significativas para o papel desses sindicatos como atores sociais e políticos.

Os sindicatos docentes como atores estratégicos no “Estado educacional”

Em muitos países, em ritmos e graus variados, o período de 1960 a 1990 assistiu ao desenvolvimento de regimes políticos ‘trabalhistas’, caracterizados pela democracia parlamentar, partidos sociais-democratas fortes, sindicatos centralizados e um certo grau de parceria na formulação das políticas (STREECK & HASSEL, 2003; STREECK, 2005). Os sindicatos foram incluídos na governança política e econômica do Estado-nação moderno (GOLDTHORPE, 1984). E o setor educacional não foi exceção a esses desenvolvimentos.

Durante grande parte do século 20, os/as professores/as e os sindicatos docentes eram vistos/as pelos governos como parceiros/as políticos/as em projetos de construção nacional (NORDIN & WAHLSTROM, 2019). Para Jose Weinstein e Werner Zettelmeier (2022) a atividade sindical tinha várias dimensões. Como função principal, os sindicatos representavam as necessidades de seus membros no local de trabalho. Eles também

desempenharam, em diferentes graus, um papel na administração do sistema educacional. Ao mesmo tempo, como atores políticos, se apresentavam como a voz coletiva dos/das professores/as que queriam influenciar as reformas e políticas educacionais e, de maneira mais ambiciosa, tornar-se uma força capaz de moldar o caráter de suas sociedades. Em muitos países, os sindicatos tiveram uma influência importante no caráter da expansão educacional do pós-guerra, com base no ideal de oportunidades iguais e um papel diretivo e expansionista para o Estado (DEROUET & NORMAND, 2011). Nos países do sul da Europa, os/as professores/as e seus sindicatos tiveram destaque na resistência às ditaduras e na reconstrução da educação após as ditaduras (O'MALLEY & BARRATT, 1995; REZOLA, 2016; TRAIANOU, 2019). Foram um componente ativo tanto dos movimentos pelas mudanças na educação como dos esforços para elevar o nível profissional e as condições de trabalho de seus membros (REZOLA, 2016). A relação entre ação sindical e ação política era complementar, não discordante: na Grécia, por exemplo, a ideia da 'escola democrática' pós-1974 combinava a reivindicação de autonomia profissional com a visão mais ampla de um sistema educacional que servisse aos interesses populares (TRAIANOU, 2023b).

Na década de 1990, os governos abandonaram a sua "barganha" (STREECK, 2005) com os sindicatos, promovendo uma "profunda [neo]liberalização das economias nacionais" (STREECK, 2005), cujos efeitos foram debilitantes para a classe trabalhadora, tanto em termos de influência política como de segurança econômica. O sucesso das políticas e ideias neoliberais está relacionado ao declínio do sindicalismo em todo o mundo capitalista avançado (KELLY, 2018; GUMBRELL-MCCORMICK & HYMAN, 2013a, 2013b). O declínio é entendido como político e coletivo; reflete-se não apenas na perda de influência em negociações, mas também numa mudança na posição institucional. A reformulação da educação sob influência do neoliberalismo envolve uma remodelação do "Estado educacional" (BALL & YOUDELL 2008; GRIMALDI & SERPIERI, 2012). Recorrendo mais uma vez a Jessop, o Estado educacional pode ser definido como o "conjunto de instituições e organizações", locais e nacionais, por meio das quais "decisões coletivamente vinculantes" são implementadas no campo específico da educação (JESSOP, 2019). Stephen Ball e Deborah Youdell se referem, neste contexto, ao surgimento de "um conjunto de inovações, mudanças organizacionais, novas relações e parcerias sociais, todas elas desempenhando seu papel na reformulação do próprio Estado" (BALL & YOUDELL, 2008, p. 12).

Na base dessa mudança está uma nova perspectiva da parte dos/das decisores/as políticos/as. Os/as professores/as e os sindicatos são vistos/as como um problema político e considerados incapazes de contribuir para um programa de mudança na educação cujo foco não é a expansão, mas sim a qualidade (CORRALES, 1999). A virada para a 'qualidade' exige uma ruptura com as práticas de trabalho estabelecidas, tomando distância do profissionalismo centrado na competência e no critério e se voltando para uma

concepção do trabalho dos/as professores/as baseada na implementação eficaz de procedimentos determinados por órgãos especializados e supervisionados pela administração escolar (MAROY & VOISIN, 2017).

A oposição dos sindicatos docentes a essa mudança suscitou críticas e comentários negativos sobre seu papel como “grupos do contra”, que travam reformas voltadas para a qualidade (CORRALES, 1999). Para Terry Moe, os “interesses profissionais fundamentais nos quais as organizações [docentes] se baseiam — sobretudo a preocupação mais primordial dos/as professores/as com estabilidade no emprego, salários, benefícios e direitos e prerrogativas no local de trabalho” — sempre levarão os sindicatos a se oporem a mudanças radicais (MOE, 2011, p. 244). Dar “destaque” ao desempenho dos/das professores/as e fornecer “avaliações rigorosas” para impulsionar melhorias seria “ameaçador” para sistemas “nos quais o desempenho nunca foi avaliado a sério e todos os empregos eram seguros” (MOE, 2015, p. 279).

Esses processos, que já estavam em andamento antes da crise financeira global de 2008, foram reforçados pela austeridade (SEYMOUR, 2014). A ‘crise’ foi utilizada pelos/as formuladores/as de políticas para legitimar mudanças aceleradas (KLEIN, 2007). Os/As professores/as passaram a enfrentar não apenas as pressões financeiras da austeridade sobre seus salários e condições de trabalho, mas também um conjunto de mudanças nas práticas profissionais, nas instituições e nas relações (SEDDON, OZGA & LEVIN, 2013). Perderam grande parte de sua influência como agentes políticos/as, enquanto seu contingente era reduzido e sua capacidade de atuação limitada (HOLUBOVÁ *et al.*, 2022); depararam-se com novos desafios estratégicos, com consequências de longo prazo para sua identidade e para o significado de seu trabalho. Embora a literatura seja escassa, pesquisas recentes começaram a refletir a respeito desse problema, analisando as respectivas estratégias da classe política e, em certa medida, dos sindicatos. Pierre Merle (2019), ao descrever a implementação do Programa Blanquer de reforma educacional na França, aponta para uma ausência proposital de consultas da parte do governo Emmanuel Macron. Roland Pfefferkorn observa o sucesso do governo em “provocar um estado de estupefação entre os/as profissionais da educação” com o objetivo de “desorientar e desorganizar” (PFEFFERKORN, 2019). Numa análise detalhada das reformas italianas, Francesca Peruzzo, Stephen Ball e Emiliano Grimaldi (2022) discutem a mobilização, da parte do governo, de “tecnologias políticas” que incluem autonomia, avaliação e gestão. Estas tiveram um efeito estratégico, sustentando “uma transformação governamental que descentralizou a negociação para os contextos escolares, a redução do espaço para a negociação coletiva e as ações sindicais, assim como processos de descoletivização/individualização da relação empregado-empregador” (PERUZZO, BALL & GRIMALDI, 2022).

Escrevendo em termos gerais e intersetoriais sobre as respostas dos sindicatos a esses desafios, pesquisadores e pesquisadoras (por exemplo, KELLY, 2018) observaram que o comportamento dos sindicatos se assemelha muito mais ao dos movimentos sociais do

que no final do século 20. Privados de influência institucional após os governos abandonarem a parceria social, os sindicatos desenvolveram um novo interesse por táticas e tecnologias de mobilização, com discursos que enquadram as experiências dos membros de forma contra-hegemônica e com uma preocupação estratégica com a construção de alianças (PERUZZO, BALL & GRIMALDI, 2022). No entanto, também observam que essas inovações não foram capazes de deter a onda de políticas neoliberais e que os sindicatos têm sido igualmente propensos a adotar abordagens mais convencionais que visam, tanto quanto possível, manter a influência institucional (PERUZZO, BALL & GRIMALDI, 2022).

Podemos encontrar reverberações desse entendimento dos dilemas e debates no movimento trabalhista na literatura sobre o sindicalismo docente. A discussão mais abrangente das questões estratégicas com as quais a reforma confronta os sindicatos docentes é a de Bob Carter, Howard Stevenson e Rowena Passy (2010), elaborada por Gawain Little et al. (2023), que, com base na experiência inglesa, construíram três tipos ideais de estratégia sindical, denominados *aproximação*, *resistência* e *renovação*. Os termos de sua análise também foram adotados por pesquisadores/as em outros contextos nacionais. Após o enfraquecimento da influência sindical pela reforma do mercado, os sindicatos de alguns países optaram por uma nova estratégia de “reaproximação”, trabalhando “com o núcleo do sistema vigente”, a fim de substituir as formas tradicionais de ação sindical por um projeto que visava recuperar a influência junto à opinião pública, bem como conquistar espaço na formulação de políticas governamentais (MAHARAJ & BASCIA, 2021; RINGARP & BALZER, 2022). Em outros países, num momento de crescente antagonismo governamental, essa estratégia não parecia confiável.

Uma alternativa, pelo menos a curto prazo, era a de resistência, que implicaria mobilizar os recursos que os sindicatos haviam acumulado no período de expansão educacional em ações que visavam derrotar os projetos do governo. Dadas as dificuldades da resistência num momento de ascensão neoliberal, surgiu uma terceira estratégia, a renovação, uma reconstrução da capacidade sindical a partir da base. Little et al. (2023) citam a ação do Sindicato Nacional da Educação na Inglaterra e no País de Gales em defesa das condições de trabalho dos seus membros durante a pandemia como um exemplo bem-sucedido de renovação, assim como a eficácia das greves salariais do mesmo sindicato em 2023. A renovação não levou à reconquista das posições dos sindicatos dentro do Estado educacional, mas, em algumas circunstâncias, limitou, de fora para dentro, a capacidade de ação do Estado.

Os sindicatos docentes gregos, a reforma da avaliação e a remodelação do Estado grego

Embora a avaliação dos/das professores/as e das escolas tenha se tornado uma característica comum do panorama político nos países da OCDE após 1990, ela foi menos proeminente na educação grega, mesmo tendo sido solicitada por organizações externas e aceita em princípio pelos governos nacionais. Uma explicação para essa particularidade reside no espaço especial que as questões de responsabilização, inspeção e avaliação ocupam nas relações entre sindicatos e governos no Estado educacional grego (STAMELOS & BARTZAKLI, 2013).

Mesmo com recursos relativamente escassos e poucos/as funcionários/as em tempo integral, ambos os sindicatos gregos são fortemente politizados. Os seus estatutos reconhecem o direito dos membros de formarem correntes políticas, que são representadas nos conselhos executivos dos sindicatos. O DOE, o mais antigo dos dois sindicatos (fundado em 1922), conta atualmente com sete correntes distintas. Uma dessas correntes representa a centro-direita e duas representam a esquerda/centro-esquerda do espectro político. As outras três refletem posições ideológicas da esquerda radical. O OLME (fundado em 1924) se organiza em seis correntes políticas distintas, cujas posições ideológicas, em grande medida, refletem as do DOE. Há uma corrente com orientação de centro-direita; duas das outras correntes estão próximas da esquerda/centro-esquerda, enquanto as outras duas correntes representam a esquerda radical. Não há ligações formais entre as correntes sindicais e os partidos políticos, embora se possa falar de alinhamentos gerais entre cada corrente e determinados partidos políticos. As questões estratégicas são, portanto, objeto de debates acirrados dentro de cada sindicato, embora os dois tendam a posições de consenso quanto às principais questões políticas, incluindo a avaliação. Embora o DOE – historicamente o sindicato que organizava os/as professores/as do ensino básico quando este era a única forma de ensino obrigatório – fosse considerado mais radical do que o OLME, os dois sindicatos colaboram frequentemente em mobilizações e greves. Cada sindicato tem o seu próprio centro de investigação e revista. Várias das correntes também publicam revistas e, dessa forma, interagem com os/as professores/as e o público.

Na reconstrução da sociedade grega após a queda da ditadura (1967-1974), o governo do Movimento Socialista Pan-helênico – PASOK, eleito em 1981 com um programa amplamente social-democrata, tomou medidas para democratizar o sistema educativo. A inspetoria escolar, associada ao governo autoritário, foi abolida, e o PASOK procurou inicialmente o apoio dos sindicatos para desenvolver uma alternativa. Representantes de uma ampla gama de grupos sociais passaram a participar da administração das escolas; os livros didáticos foram substituídos, a formação de professores/as foi reformulada e se introduziram elementos de práticas educativas progressistas (GROLLIOS & KASKARIS, 2003).

Durante a primeira fase do PASOK (1981-1985), o governo e os sindicatos partilhavam a aspiração de criar a “escola democrática” (TRAIANOU, 2019; STAMELOS & BARTZAKLI, 2013). Mas a partir de meados da década de 1980 o PASOK conciliou políticas de garantia de qualidade favorecidas pela política global, e a relação entre o governo e os sindicatos tornou-se mais difícil (STAMELOS, VASSILOPOULOS & BARTZAKLI, 2012). A oposição sindical travou as medidas no que dizia respeito a uma avaliação formal (STAMELOS & BARTZAKLI, 2013), e logo após se seguiu um equilíbrio instável. Os sindicatos relutantemente se prepararam para aceitar um modelo de desenvolvimento docente no qual a avaliação teria alguma função, mas apenas se fosse baseada no diálogo profissional e desatrelada dos mecanismos de desenvolvimento de carreira ou progressão salarial (OLME, 1987; DOE, 1998; STAMELOS, VASSILOPOULOS & BARTZAKLI, 2012). Nem os governos do PASOK nem os da Nova Democracia – ND da direita, com os quais aqueles se alternaram nas décadas de 1990 e 2000, aceitaram essa posição como base para um acordo duradouro. No entanto, apesar dos conflitos contínuos, os sindicatos docentes continuaram a desempenhar um papel significativo na nomeação de conselheiros/as escolares e, de forma mais geral, na administração do sistema educacional grego (OCDE, 2018). O “envolvimento cooperativo” (GUMBRELL-MCCORMICK & HYMAN, 2013b) ou a “reaproximação” (CARTER, STEVENSON & PASSY, 2010) continuavam a ser considerados estratégias viáveis.

Após a crise financeira de 2008, a pressão sobre o acordo pós-74 aumentou: o futuro da nação passava a depender, segundo líderes políticos, da qualidade da educação e, portanto, de uma gestão mais forte do corpo docente (DIAMANTOPOULOU, 2011). Em 2010, um governo do PASOK encomendou à OCDE uma revisão das políticas com o objetivo de traçar uma linha divisória entre o passado e o presente². A revisão descreveu um sistema de “educação falido” com uma “estrutura de custos insustentável” – “desatualizado”, “centralizado” e “inefcaz” (OCDE, 2011, p. 3); recomendou que a Grécia desse os primeiros passos numa nova política para sua mão de obra de baixo desempenho, “aumentando a carga de trabalho dos/as professores/as conforme as médias da UE e da OCDE até 2015” (OCDE, 2011, p. 35); tornou o desenvolvimento profissional dos/das dirigentes escolares uma “prioridade central” – estes/as seriam “dotados da legitimidade e autoridade para serem líderes de fato nas suas escolas”, capacitados/as a contratar e exonerar (OCDE, 2011, p. 35); o trabalho dos/das professores/as deveria ser avaliado, e seus resultados seriam associados à remuneração. A autonomia escolar deveria ser promovida dentro de um quadro de “responsabilização baseada em resultados e monitorização pós-auditoria” (OCDE, 2011, p. 60). Essa diretriz também sinalizou a intenção de “despolitizar” a educação e enfraquecer a influência dos sindicatos docentes fora da sala de aula, na arena política geral (OCDE, 2011, 2018).

Esse programa colocou em xeque a posição dos sindicatos no Estado educacional. No entanto, os governos pós-2010 não conseguiram traduzir as suas políticas discursivas

em iniciativas políticas substanciais (JESSOP, 2019) e, assim, o desafio às estratégias do sindicalismo docente grego foi adiado. A partir de 2010 o governo grego enfrentou uma crise de dívida externa e soberania sem precedentes na Europa do pós-guerra. Dentro das condições para o resgate da dívida, a Grécia foi obrigada a cumprir os termos dos Programas de Ajuste Estrutural – PAE elaborados pela UE, pelo Banco Central Europeu e pelo FMI (oficialmente conhecidos como “as instituições”), seus credores externos. Frente a níveis altíssimos de oposição popular, os sucessivos governos do PASOK e da centro-direita, vistos como aparatos dos credores, entraram em colapso. O PASOK, que havia recebido 44% dos votos nas eleições de 2009, caiu para pouco mais de 13% nas eleições de 2012. Embora tenha se recuperado em certa medida no segundo turno das eleições de 2012, a percentagem da Nova Democracia – ND no primeiro turno (19%) foi a pior que o principal partido da direita registrou desde 1974 (MAVRIS, 2012). Com o fracasso dos dois partidos que dominavam a política grega desde a queda da ditadura, não havia nenhuma agência política capaz de implementar o programa de ajustamento estrutural exigido pelas instituições externas de maneira coerente e abrangente. Na educação, da mesma forma, as recomendações do relatório da OCDE de 2011 não foram levadas adiante. Em meio ao colapso dos partidos estabelecidos, a progressista Coalizão da Esquerda Radical – SYRIZA emergiu como uma poderosa força. Fundada em 2004 como uma coalizão de partidos políticos de esquerda com raízes no eurocomunismo, a SYRIZA obteve menos de 5% dos votos nas eleições de 2009. Em 2012, no segundo turno das eleições, sua participação subiu para 27%. Atraindo forte apoio dos grandes centros urbanos, dos/das trabalhadores/as e dos grupos mais jovens, a SYRIZA comandou grandes protestos contra as instituições (MAVRIS, 2012). Seu programa eleitoral de 2015 – o Programa Tessalônica – prometia revogar os Memorandos de Acordo e reconstruir o Estado de bem-estar social. Com 36% dos votos nas eleições de 2015, a SYRIZA, que nessa altura também contava com o apoio de vários/as ex-integrantes do PASOK, formou um governo de coligação com o Gregos Independentes – ANEL, um pequeno partido de direita oposto ao ajuste estrutural.

No poder, a SYRIZA acabou aceitando muitos aspectos dos programas de ajuste estrutural que tinha se comprometido a combater. Muitos dos seus membros mais radicais abandonaram o partido e/ou se demitiram do governo. Embora, em menor grau, os governos liderados pela SYRIZA tenham rechaçado algumas das exigências das instituições credoras, para alguns/umas analistas (KOUVELAKIS, 2016) o efeito global da sua mudança de política foi travar a dinâmica da esquerda na política grega. Na educação, os governos liderados pela SYRIZA, tendo concordado em negociar com a OCDE para implementar as suas recomendações de 2011, conseguiram adotar aspectos da política da nova gerência pública – NPM de forma diluída. A pressão dos sindicatos ajudou a definir limites a esta adoção (TRAIANO, 2023a), mas a questão de implementar as promessas anteriores do partido, de reconstruir o Estado social, sequer se colocou.

Após as eleições de 2019, a SYRIZA foi substituída por um governo de direita da Nova Democracia, liderado por Kyriakos Mitsotakis³. Com 40% dos votos, a ND comprometeu-se a reduzir impostos e apoiar o setor privado. Na área da educação, o seu manifesto prometia “criar uma escola moderna, com mais qualidade e eficiência” (NOVA DEMOCRACIA, 2019), autônoma e com gestão forte, na qual a avaliação dos/das professores/as, ligada à remuneração baseada no desempenho, teria papel importante. Os resultados de provas, assim como o resultado da avaliação de toda a escola, viriam a público. Isso equivalia a um programa de reforma em vários níveis, desde a prática dos/das professores/as até as relações de trabalho dentro da escola e a governança do sistema educacional. Ao mesmo tempo que buscava colocar os/as professores/as sob um controle gerencial mais forte, o governo pretendia enfraquecer a influência dos sindicatos. Os processos de consulta e negociação foram minimizados; a posição dos sindicatos foi contrastada com o que o governo apresentou como a vontade do povo. “A sociedade [grega] não apenas quer, ela exige avaliação”, disse a Ministra da Educação Niki Kere-meus, “e nós transformamos esta exigência em realidade” (ALFAVITA, 2021).

As leis da educação fizeram parte de uma iniciativa política maior. Em agosto de 2019, o Parlamento aprovou a criação de um “Estado executivo” com o objetivo de estabelecer uma “autoridade central forte”, em oposição a um “governo fragmentado que decide sem agir” (MITSOTAKIS, 2019). Era um modelo de governo no qual os ministérios respondiam às orientações de um poder executivo central, equipado pela digitalização com os meios para gerir e orientar a administração pública no sentido da “coerência e eficácia”. Eram qualidades que a OCDE, forte defensora dessa reforma, considerava que faltavam ao governo grego (OCDE, 2020, p. 50). As camadas populares estavam cada vez mais isoladas dos processos de tomada de decisão e “o poder de fixar normas e promulgar regras estava se deslocando para o executivo e a administração estatal” (POULANTZAS, 1978, p. 219). Um “Estado fraco”, incapaz de resistir à influência das “camadas populares”, seria substituído por um Estado que tornava as questões de política e provisão pública “apolíticas”, num domínio de tomada de decisões de gestão, justificado nos termos de uma base de evidências globais e “isolado” da contenda política (KIVOTIDIS, 2023, p. 14).

Essas mudanças significativas no Estado educacional não eram passíveis de negociação da parte do governo, de modo que não houve oportunidades para um ‘engajamento cooperativo’. Os sindicatos responderam às novas leis com greves e manifestações e incentivaram as escolas a não fornecerem ao governo central os dados de que a avaliação escolar dependia. No entanto, em 2022-2023 houve a introdução da avaliação individual dos/das professores/as, acompanhada por novos currículos, programas de estudo e uma abordagem punitiva em relação aos sindicatos. O governo conseguiu mandados judiciais que declaravam qualquer greve ilegal, se a medida contra a qual protestava já tivesse sido aprovada pelo Parlamento.

As eleições gerais de maio de 2023 deram à ND a prerrogativa para continuar seu programa de reformas de forma ainda mais acelerada. Mitsotakis, anunciando futuras privatizações, afirmou que “haverá uma reforma da Constituição grega em 2025” para abolir o “inconcebível” artigo 16, que tornava o financiamento do sistema educativo de responsabilidade exclusiva do Estado⁴.

Metodologia

Conforme indicado na introdução, este projeto incluiu entrevistas com atores/atrizes políticos/as em diferentes funções e diferentes níveis do sistema educacional, e esse material orienta meu entendimento dos eventos políticos de 2010 a 2023. Neste artigo utilizo dados de entrevistas narrativas com sete representantes sindicais que, após 2008, atravessando fases políticas sucessivas, ocuparam cargos eletivos nos dois sindicatos, o OLME (das escolas públicas secundárias) e o DOE (das escolas públicas primárias).

Esses atores e essas atrizes refletiam as principais correntes políticas de cada sindicato, de centro-direita (dois), centro-esquerda (três) e esquerda (dois). Eram de diferentes gerações e ocupavam diferentes posições, desde o topo da hierarquia sindical até cargos de nível médio nas executivas nacionais. Quatro das pessoas entrevistadas eram do DOE e três do OLME. As entrevistas, com duração entre 40 e 60 minutos, ocorreram entre 2019 e 2023, a maioria delas presencialmente em Atenas, sendo duas realizadas via internet. Eu as fiz em grego e traduzi os trechos incluídos neste artigo.

O conteúdo narrativo das entrevistas foi afetado pelo momento em que foram realizadas. A maioria delas foi feita num período de 12 meses antes e depois das eleições gerais de 2019. Duas delas ocorreram cerca de três anos após as eleições, quando a implementação do programa da Nova Democracia já estava bastante avançada. As perguntas que fiz estavam relacionadas ao período intenso de conflito e transformação política pós-2010 e com a forma como essas experiências se refletiram nas estratégias dos sindicatos e nas suas relações com o Estado. Tomei o cuidado de verificar os principais elementos do que os/as participantes disseram em relação às fontes documentais. Trabalhei com aqueles que são reconhecidos como documentos-chave na história da política educacional do período 2010-2022: políticas sindicais, matérias legislativas gregas (por exemplo, as Leis da Educação de 2010, 2018, 2020 e 2021); relatórios da OCDE (2011, 2018) e os três Memorandos de Acordo (2010, 2012, 2015). Apliquei o que tem sido chamado de “análise qualitativa convencional de conteúdo” (HSIEH & SHANNON, 2005) para identificar temas-chave. Para tanto, utilizei conceitos derivados de Poulantzas (1978) que dizem respeito à relação entre formas de Estado e conflitos sociais e políticos. Usei esses conceitos para gerar perguntas nas entrevistas narrativas e estruturar a análise dos dados; por outro lado, usei os dados para questionar o quadro de Poulantzas, colocando a mim

mesma questões sobre o seu poder interpretativo. Eu estava particularmente interessada em compreender a mudança no pensamento das pessoas que atuam na educação ao longo do tempo sobre as ênfases políticas e as táticas do governo depois de 2010. Também queria compreender o pensamento estratégico dos sindicatos e as variações em suas respostas às reformas. A análise está organizada em quatro seções, seguindo uma ordem cronológica.

Lidando com os anos de crise 2010–2015

As pressões do ajuste estrutural e da austeridade e a aceitação escancarada, por parte da política grega, dos temas do programa de reforma global desafiaram a estratégia dos sindicatos e sua noção de identidade como atores-chave no campo da educação. Embora o programa estabelecido na legislação do PASOK de 2010 e nas *Recomendações de Políticas Educacionais para a Grécia* da OCDE, em 2011, não tenha sido implementado de forma abrangente, os sindicatos tiveram uma sensação de ruptura política. As relações entre os/as atores/atrizes sociais mudaram. As iniciativas políticas se deram no sentido de um aumento da influência privada e de um maior poder gerencial. De modo mais dramático, cortes salariais, reduções nas aposentadorias, reduções no número de empregos e a eliminação de programas educacionais levaram a repetidas greves de docentes e à aplicação da legislação antigreves por parte do governo (EDUCATION INTERNATIONAL, 2013).

As lideranças sindicais, especialmente aquelas que estavam ativas no período pré-crise, comparavam contrastivamente o contexto dos anos anteriores a 2010 com o que se seguiu. As relações entre as pessoas que atuam na educação e o papel dos sindicatos mudaram profundamente. Antes de 2010, *“o sindicalismo girava em torno de questões cotidianas”*: o papel dos sindicatos em relação à representação dos interesses dos/as professores/as em questões básicas de remuneração e condições de trabalho não era questionado (entrevista 1). A pressão dos sindicatos sobre o governo por salários mais altos e aumento do financiamento era forte e os conflitos eram regulares, mas eram legitimados dentro de um Estado que compartilhava, segundo se dizia, *“uma ênfase comum na importância de manter a oferta de educação pública”* (entrevista 1). Nessa narrativa, os sindicatos e o governo não estavam divididos em questões fundamentais de orientação política:

“Na minha opinião, 2009 foi o último ano bom para a educação [...] o governo da época tinha um programa coerente que incluía orçamento para a manutenção das escolas sem terceirização para empresas privadas”.

O ano seguinte trouxe mudanças significativas em todas as frentes: financeira, jurídica e política:

“Acho que o momento crítico para os/as professores/as, para a forma como atuamos como sindicato e para a nossa posição como cidadãos, foi a Lei da Educação de 2010/Lei 3848 de Diamantopoulou”⁵ (entrevista 3).

Com a Lei de 2010, o direito dos/das professores/as à estabilidade no emprego foi ameaçado e os/as gestores/as escolares adquiriram maiores poderes decisórios. Desde então, *“todos os governos, com exceção de alguns/mas poucos/as ministros e ministras, podem ser descritos como governos de crise”* (entrevista 3). Houve uma *“continuidade desastrosa”* (entrevista 1) da política, na qual a austeridade foi acompanhada por contestações à estabilidade no emprego, *“pela primeira vez desde a ditadura”*, como enfatizou uma pessoa entrevistada (entrevista 2), com condições de trabalho flexibilizadas e o empoderamento gerencial dos/das dirigentes escolares. O patrocínio privado de algumas atividades escolares alimentou um novo *ethos* (GUMBRELL-MCCORMICK & HYMAN, 2013b) entre certos/as docentes e lideranças escolares; uma tendência normalizadora quanto à aceitação do modelo de gestão escolar que o governo privilegiava:

“As escolas tornaram-se uma questão de interesse individual... essa é a minha escola... eu me preocupo com a minha escola e em como melhorar a minha escola (entrevista 7, ênfase da pessoa entrevistada). Os/as professores/as costumam pensar que este tipo de atividade é autoevidente (αυτονόητο) e, muitas vezes, não a reconhecem como um problema, como um exemplo, da recusa por parte do Estado de assumir suas responsabilidades de financiar o sistema” (entrevista 3).

Na perspectiva comum das pessoas entrevistadas, a avaliação fazia parte de uma pauta política ampla, com o objetivo de introduzir novos instrumentos de gestão, reduzir o número de funcionários/as públicos/as e firmar as bases para a privatização ou consolidá-la; a avaliação não conseguia se livrar dessa *“conotação negativa”* (entrevista 3). A direção da política, desde 2010, significava algo novo:

“a avaliação teria consequências na remuneração e na promoção e não teria como objetivo principal a melhoria do trabalho pedagógico dos/as professores/as. Tratava-se de uma avaliação processual e não educacional, [feita] para fins financeiros, que deixava em aberto a possibilidade de demissão se o trabalho de um/a professor/a fosse considerado inadequado duas vezes” (entrevista 3).

Assim, revendo o período de crise a partir da perspectiva de um novo período de governo de direita pós-2019, as pessoas entrevistadas entenderam-no como a primeira fase da reforma, renunciando desenvolvimentos políticos que vieram depois.

A SYRIZA, 2015–2019

A formação de um governo liderado pela SYRIZA, em 2015, não trouxe mudanças radicais na escala das medidas de democratização do início da década de 1980, e nenhuma das pessoas entrevistadas entendeu dessa forma. No entanto, reconheceram algumas conquistas. A mais notável foi a desaceleração do ímpeto da reforma de 2011. Nas palavras de uma pessoa entrevistada que faz parte de uma corrente de centro-direita, crítica à SYRIZA, a revogação da Lei 152 de avaliação foi a “*salvação dos/das professores/as*” (entrevista 1). No entanto, ficou claro para as pessoas entrevistadas, tanto na época quanto retrospectivamente, que com a SYRIZA a dinâmica dos anos anteriores se manteve na forma de austeridade e aceitação de temas políticos característicos da agenda de reformas global. Essas escolhas governamentais não foram contestadas com força. Uma sociedade exausta, como observou um deputado da SYRIZA, crítico de seu próprio partido, não poderia suscitar a mesma reação que teve antes de 2015 (ISYCHOS, 2020, p. 26). Os sindicatos se viram, assim, diante de um governo que não podiam apoiar por inteiro nem combater. Os cortes salariais impostos por sucessivos programas de ajuste estrutural foram vistos como fatos consumados, contra os quais lutar era improdutivo: “*não fazia sentido exigir um aumento salarial quando parecia que todo o setor público tinha ‘aceitado’ esta mudança nos seus padrões de vida*” (entrevista 1). Assim, uma parte importante da razão de ser do sindicalismo docente — sua capacidade de obter benefícios imediatos para os seus membros (WEINSTEIN & ZETTELMEIER, 2022) — foi, na opinião desta corrente sindical, significativamente enfraquecida.

O período da SYRIZA chegou ao fim definitivo com a eleição da Nova Democracia em 2019. No entanto, para muitas pessoas entrevistadas, a experiência de 2015-2019 continuou a ser significativa. As suas reflexões sobre as decisões que tomaram nesses anos contribuíram para a sua forma de pensar sobre as estratégias atuais. Algumas pessoas entrevistadas identificaram oportunidades perdidas. A SYRIZA, no Memorando de Acordo de 2015, concordou em trabalhar com a OCDE em questões específicas, que incluíam a avaliação (TRAIANOU, 2023a). Os sindicatos não aderiram a essas negociações, temendo que elas escancarassem as portas para negociações de um programa mais amplo de reformas, “*enquanto pouco faziam para mitigar a austeridade*” (entrevista 6). No entanto, talvez fosse possível endossar a agenda de reformas de forma mais aberta, levando a um tipo aceitável de avaliação escolar:

“talvez devêssemos ter aceitado mais o quadro de avaliação da SYRIZA[...] estava mais próximo das nossas posições [...] Se Kerameus [ministra da educação da ND] tivesse nos apresentado esse quadro em 2019 [o do governo liderado pela SYRIZA], nós o teríamos aceitado em grande parte (entrevista 2).

Desta perspectiva, que poderíamos considerar um exemplo de estratégia de aproximação (CARTER, STEVENSON & PASSY, 2010), a discussão com os/as revisores/as da OCDE, mesmo sendo eles/elas “representantes do neoliberalismo” (entrevista 5), não deveria ter sido descartada; talvez tivesse sido uma oportunidade de reaproximação:

“Devíamos ter nos reunido com a OCDE [...]. Acho que teríamos tirado proveito da reunião e poderíamos ter demonstrado nossa oposição organizando um protesto fora das sedes do Sindicato (entrevista 1).

Os/As apoiadores/as da corrente de esquerda se mostraram mais céticos/as. Vale lembrar que estiveram envolvidos/as nas convulsões políticas de 2010-2015, uma experiência que para eles/elas tinha potencial para uma “transformação radical do sistema educacional” (entrevista 6). Esse potencial foi dissipado pela experiência de 2015-2019: “havia esperança antes de 2015 [...] não sei o que há agora” (entrevista 2). A SYRIZA havia “normalizado a privatização” (entrevista 5) ao defender o patrocínio de escolas por fundações privadas, a ponto de elas poderem influenciar o funcionamento cotidiano do Estado (KIVOTIDIS, 2023, p. 3).

Da mesma forma, na perspectiva da esquerda a versão amenizada da avaliação proposta pela SYRIZA abriu caminho para o programa mais severo da Nova Democracia, ao contribuir para criar uma “passividade induzida” (entrevista 7) entre os/as professores/as, que os/as preparou para um novo sistema:

“A Syriza criou o conceito da ‘boa avaliação’. Na armação deles, havia quatro parâmetros claros aos quais a escola teria de responder. Um deles refere-se à eficácia da unidade escolar, aos resultados dos/as alunos/as. Outro diz respeito à procura de apoio ou ao estabelecimento de ligações com a comunidade local, o que significa procurar patrocinadores [...] O relatório será qualitativo [...] não há indicadores quantitativos, mas isso não o diferencia dos programas anteriores. Pergunto frequentemente aos meus colegas do sindicato: Vocês perceberam o que fizeram? Botaram os trilhos para o trem correr. A Nova Democracia vai chegar e vai só apertar o botão [...] (entrevista 6).

Para a esquerda, a “passividade induzida” era um hábito que havia se enraizado na liderança central dos sindicatos. Suas consequências eram consideradas graves e duradouras:

“E não há nada que possamos fazer [...] não há perspectiva de futuro [...] A nível prático, a nível das mobilizações, o sindicato tem um problema [...] especialmente nas escolas secundárias, há um acordo total entre as duas correntes do sindicato afiliado à Syriza e à ND [...] falando com sinceridade, não há diferença significativa entre os dois programas [...] Os/as meus/minhas colegas na liderança do sindicato dizem muito que os/as professores/as estão cansados/as [...] eles/elas não podem continuar em mobilização permanente [...]” (entrevista 7).

A esquerda identificou aqui uma perspectiva derrotista. Na realidade, as condições só poderiam ser defendidas por uma estratégia de resistência (CARTER, STEVENSON &

PASSY, 2010) baseada em ações intensivas e na recusa em aceitar qualquer parte de uma “boa armação avaliativa” (entrevista 7). As pessoas entrevistadas pertencentes à corrente de esquerda identificaram um forte exemplo de resistência que, na opinião delas, apontava o caminho para uma estratégia mais bem-sucedida, de “ativar as estruturas de base dos sindicatos” (SARTZEKIS, 2020). A SYRIZA buscou introduzir um sistema baseado em qualificações para a nomeação de um número cada vez maior de professores/as temporários/as, que as medidas de austeridade tinham privado de oportunidades de obter um contrato permanente durante 2010-2019. As greves e mobilizações desses/as professores/as, nas quais a corrente de esquerda teve um papel importante de mobilização, garantiram a mudança na posição do governo nas negociações com a OCDE e as instituições (TRAIANOU, 2023a) e obtiveram segurança empregatícia para milhares de docentes.

O pensamento das pessoas entrevistadas sobre as relações com os governos liderados pela SYRIZA faz parte de um conjunto muito mais amplo de reflexões sobre os rumos da educação grega e o papel dos sindicatos dentro dela. As que são de esquerda utilizaram as experiências dos sindicatos sob a SYRIZA para destacar a necessidade de uma estratégia de resistência. As de centro-esquerda e centro-direita refletiram sobre um ‘passado alternativo’, no qual o envolvimento dos sindicatos com o governo e as instituições poderia ter levado a um acordo sobre novas políticas que o governo da Nova Democracia teria dificuldade de abolir. Tanto para a esquerda quanto para outras correntes, o significado do período da SYRIZA no governo foi entendido do ponto de vista de suas dificuldades atuais, pós-2019.

***“Não tivemos tempo de respirar”*: lidando com a reforma pós-2019**

Foi nas reflexões sobre as correntes sindicais durante o período da SYRIZA que as diferenças entre as correntes ficaram evidentes. Na avaliação do governo da Nova Democracia – ND, por outro lado, elas partilhavam pontos. Consideravam-no uma retomada das políticas do período de crise e, como tal, um perigo para o estatuto e as condições docentes. Também consideravam o regresso da ND como uma ameaça à posição que os sindicatos docentes ocuparam historicamente no Estado educacional grego.

Contra a posição do governo da ND sobre a avaliação, as pessoas da liderança majoritária entrevistadas enfatizaram uma perspectiva que, segundo elas, decorria de preocupações educacionais e não gerenciais. Não eram “*contra a avaliação*” (entrevista 3), mas insistiam que ela deveria ter um objetivo pedagógico:

“Eles tentaram argumentar que os/as professores/as são contra a avaliação. Nenhum dos sindicatos é contra a avaliação... É a forma específica de avaliação do atual governo que os sindicatos contestam [...] um exercício burocrático afastado da pedagogia e com caráter punitivo” (entrevista 5).

Os sindicatos esperavam, com base nisso, dialogar com a Nova Democracia. Em vez disso, depararam-se com um governo que perceberam estar determinado a chegar ao confronto, algo pelo que *“nunca tinham passado”* (entrevista 4). O recém-criado ‘Estado executivo’ tomou medidas políticas decisivas, tendo a ministra optado *“por uma estratégia ferrenha para a rápida implementação de um programa de reformas radical”* (entrevista 5).

Assim como a crise de 2010 foi *“instrumentalizada pelo governo”* (entrevista 5) para acelerar a reforma educacional, as condições de inatividade impostas pela pandemia foram utilizadas para *“eliminar as possibilidades de mobilização”* (entrevista 4). No Estado executivo emergente, houve *“níveis escassos de consulta”* (entrevista 5) não apenas sobre as iminentes Leis da Educação de 2020 e 2021, mas de forma mais geral, a ponto de os princípios da democracia terem sido prejudicados. Nos termos de Poulantzas, foi criada uma barreira entre *“as camadas populares e os processos de tomada de decisão”* (POULANTZAS, 1978, p. 219).

Convidamos várias vezes o Ministério para dialogar com os sindicatos, mas [...] a pandemia e o confinamento foram usados como desculpa, impondo barreiras ao tipo de reuniões e ao número de representantes presentes nas reuniões [...] Para nós, é uma questão de democracia [...] não é simplesmente uma questão de falta de diálogo [...] Emendas a leis da educação eram aprovadas pelo Parlamento à meia-noite de uma sexta-feira [...] uma depois da outra [...] Não tivemos tempo de respirar [...]” (entrevista 4).

Nesse contexto de reformulação do Estado, o papel dos sindicatos docentes como atores políticos, abordando as questões centrais da política que moldavam seu trabalho cotidiano, parecia mais importante do que nunca. As questões do momento, segundo algumas pessoas entrevistadas, eram *“mais fundamentais [do que a remuneração]”*: tratavam do *“tipo de educação que queremos na Grécia”* (entrevista 1):

“Nossa prioridade agora é manter o caráter público da educação [...] Nosso trabalho se transformou num escudo com o objetivo de salvar o que for possível [...] A pauta do sindicato mudou para a ação defensiva” (entrevista 1).

“Ação defensiva”, para a corrente majoritária, era um termo que abrangia uma série de questões:

“Nós nos concentramos em reivindicar os direitos de desenvolvimento profissional [...] o direito à pesquisa [...] a estrutura escolar [...] a contratação de professores [...] outras demandas giram em torno da manutenção das instalações escolares [...] a saúde e a segurança dos/as professores/las [...] há também lutas legislativas: por exemplo, conseguimos finalmente firmar a educação pré-escolar obrigatória de dois anos” (entrevista 2).

Em outras circunstâncias, esse conjunto de objetivos poderia ter servido de base para uma estratégia de reaproximação, mas nas condições políticas estabelecidas pelo governo da Nova Democracia, o espaço para o diálogo entre sindicatos e governo era altamente restrito. As pessoas entrevistadas interpretaram o programa da Nova Democracia como

uma retomada mais vigorosa de temas políticos anteriores, implementados por assessores/as “que trabalharam ao lado de ministros em 2010-2014” (entrevista 5), de modo que a política do período anterior estava retornando “como nosso maior pesadelo” (entrevista 1). As Leis da Educação de 2020 e 2021 agravaram os problemas de longo prazo do sistema, ao mesmo tempo que não responderam aos efeitos da austeridade e às novas urgências da pandemia. O “Estado” continuou a “exigir que os/as professores/as assumissem a responsabilidade pela gestão da situação”, em vez de “cumprir as suas próprias obrigações e remediar a injustiça infligida às escolas e aos/as professores/as pelas políticas de austeridade” (entrevista 2). O espírito coletivo deu lugar àquele em que “o mérito se tornou a base para a distribuição de recompensas educacionais” (entrevista 3).

Em sua avaliação da Nova Democracia, as pessoas entrevistadas foram uniformemente críticas, vendo pouca margem para uma aproximação com o programa do partido. Compreendiam com clareza a magnitude das dificuldades que o governo lhes apresentava. No entanto, como veremos, divergiam quanto às respostas que poderiam ser dadas.

Estratégias futuras

Todas as correntes concordaram que os sindicatos se viam marginalizados, algo do que consideravam uma tentativa organizada da mídia e do governo de apresentá-los como um “grupo com interesses próprios” (MOE, 2011) e como um obstáculo à reforma que era necessária:

“Eles querem erradicar os sindicatos. Quando o governo fala de mobilizações, nunca cita os sindicatos como organizações com uma identidade distinta [...] prefere dizer ‘umas sindicalistas disseram ou fizeram isto, aquilo ou aquela coisa’ [...] a narrativa do governo e de grande parte da mídia é que não queremos melhorar o ensino [...] que não nos importamos com a educação [...] que não queremos mais qualidade (entrevista 5).

A resposta dos sindicatos a esses desafios foi complexa, combinando afirmações sobre a continuidade da luta com a busca por alguma forma de renovação com uma base política diferente. Em ambos os sindicatos e em todas as correntes, as pessoas entrevistadas enfatizaram como as políticas governamentais pós-2010 “radicalizaram os/as professores/as” (entrevista 2) e aumentaram o grau de participação:

“a participação dos/as professores/as na mobilização contra a avaliação atingiu 90% [...] fez até docentes que nunca tinham participado de manifestações participarem da mobilização recente [outubro de 2021]” (entrevista 6).

A tendência majoritária nas lideranças sindicais esperava que esse nível de participação pudesse ser sustentado por uma cultura sindical mais desenvolvida, neutralizando as pressões do governo e dando algum propósito ao sindicalismo para além da mobilização:

“Para nós, é muito importante manter nossos membros unidos [...] você chamaria isso de sindicalismo? [...] sim, para nós é, porque é importante não perder membros [...] então organizamos acampamentos de verão para os filhos dos nossos membros [...] é fundamental manter nossos membros unidos e contar com a participação de todos [...]” (entrevista 1).

As pessoas entrevistadas sugeriram que os sindicatos tinham um novo entendimento, o de que as ações coletivas precisavam ser acompanhadas por outros tipos de atividades, mais *“ideológicas”*, com maior capacidade de desenvolvimento de políticas e maior noção de como a cultura sindical poderia ser sustentada:

“Queremos manter nossas lutas ideológicas [...] protestar por nossos direitos, mas também precisamos ‘vencer’ a discussão com base em evidências científicas” (entrevista 3).

Partindo do princípio de que *“os sindicatos devem voltar a ser capazes de intervir de forma confiável na política”* e deixando de lado as dificuldades apresentadas pelo Estado autoritário (entrevista 3), essas pessoas entrevistadas pretendiam *“preencher as lacunas na política governamental”* (entrevista 5) através do trabalho dos centros de pesquisa dos dois sindicatos e de outras atividades de investigação. Nessas atividades, algumas pessoas entrevistadas afirmaram ter visto um *“amadurecimento”* (entrevista 3) do sindicalismo docente e seu surgimento como uma força autônoma, não mais confinada às alianças estreitas com partidos políticos que caracterizavam um movimento sindical faccioso. Esse novo distanciamento permitiria aos sindicatos se tornarem mais *“independentes”* (entrevista 3), levantarem sua própria voz quanto às preocupações de seus membros e, com isso, abandonarem o que alguns viam como sua *“inflexibilidade”* intelectual e política (entrevista 3). A incapacidade de alcançar mudanças por meio de ações coletivas seria compensada por um reposicionamento dos sindicatos como uma voz confiável nos debates políticos. Nesse sentido, alguns dos temas do sindicalismo dos movimentos sociais (KELLY, 2018) foram mobilizados como parte de um esforço para imaginar uma nova posição para os sindicatos, capaz de forjar uma identidade profissional, desenvolver um discurso educacional persuasivo e angariar apoio público.

Outras pessoas entrevistadas, todas de esquerda, não estavam tão otimistas: as correntes próximas à SYRIZA e à Nova Democracia menosprezaram os sucessos reais dos sindicatos, citando nominalmente a campanha dos/das professores/as temporários/as, e deram incentivo, durante o período de 2015-2019, à crença de que *“as pessoas estavam cansadas e com menos vontade de lutar”* (entrevista 7). Essa conclusão, segundo a esquerda, levou diretamente às táticas ineficazes que os sindicatos adotaram para lidar com a reforma pós-2019.

Em consonância com essa perspectiva, algumas pessoas entrevistadas questionaram a política dos sindicatos de boicotar a avaliação, pedindo aos seus membros que enviassem um modelo de resposta elaborado pelo sindicato às exigências do governo para relatar a implementação da avaliação. Isso foi visto como uma tática derrotista que aceitava o direito do governo de recolher dados das escolas. Na realidade, alegou-se que “*não existem ‘formulários inocentes’ [...] o governo agora pode afirmar que a maioria das escolas se envolveu na avaliação*” (entrevista 6). Os sindicatos, em vez de firmarem uma perspectiva independente, estavam sendo arrastados para a pauta do governo:

“O papel do sindicato é fazer com que as pessoas compreendam os problemas do capitalismo [...] da privatização, e mobilizá-las [...] o sindicato não pode começar pelo contrário [...] que as pessoas estão cansadas [...] que não podem continuar em mobilização permanente” (entrevista 7).

A maioria das lideranças sindicais é criticada por oferecer apenas uma resistência simbólica ao programa político do governo. Mas desenvolver uma alternativa é um projeto que tem seus próprios problemas:

“Acho que as pessoas compreendem a profundidade dos problemas e as mudanças que são necessárias, mas não sabem direito o que fazer [...]” (entrevista 6).

Considerações finais

Tanto as instituições do Estado como sua relação com os/as atores/atrizes sociais, sua direção estratégica e sua capacidade de promover mudanças são influenciadas pelo conflito social (POULANTZAS, 1978). Desde 2008, a Grécia passou por um período intenso de conflito, cujo resultado foi o sucesso das forças da direita política que visam transformar a relação entre o Estado, a economia e a sociedade. O Estado executivo, que centraliza a formulação de políticas e, ao mesmo tempo, as protege da influência popular, é um elemento importante dessa transformação (KIVOTIDIS, 2023). O novo Estado educacional que está em processo de construção reflete essas mudanças institucionais mais amplas e as novas relações e parcerias entre os/as atores/atrizes sociais que elas incorporam.

Essa é uma de várias mudanças políticas e institucionais, todas baseadas na ideia de que o sindicalismo docente é uma força retrógrada. O seu efeito tem sido desestabilizar a identidade dos sindicatos docentes como atores políticos, colocando em questão o papel que ocupavam desde a *metapolitefsi*, o período de reformas que se seguiu à ditadura.

Este artigo analisou os desafios que a transformação política trouxe ao estatuto histórico e à posição atual do sindicalismo docente na Grécia. Discutiu os termos em que são interpretados pelos/as dirigentes sindicais e a reformulação estratégica que esses/as dirigentes são levados/as a fazer. Compreendendo os sindicatos docentes como entidades

politicamente diversas, o artigo explorou o raciocínio por trás da oposição às políticas de avaliação, conforme expresso de diversas maneiras pelas lideranças sindicais e pelas correntes opositoras nos órgãos executivos dos sindicatos. Em seguida, analisou as opções estratégicas que defendem. Assim, ofereceu uma análise das estratégias, como processos em formação, sem uma direção ou resultado claro até o momento.

Wolfgang Streeck e Anke Hassel (2003) sugerem que os sindicatos, confrontados com os poderosos desafios do neoliberalismo, tendem ultimamente a se retirar da política, afastando-se das grandes questões políticas e voltando-se para questões mais intimamente ligadas à negociação coletiva. Mas a Grécia, pelo menos no setor da educação, ainda não testemunhou tal mudança. Os sindicatos continuam contestando a reformulação do sistema educacional grego, considerando a reforma tanto uma mudança política decisiva como uma ameaça às condições dos/das professores/as. Essa dupla compreensão decorre do papel dos sindicatos no período pós-ditadura, quando participaram de um movimento de reforma democrática, ao mesmo tempo que se envolveram em lutas econômicas. Nesse aspecto, o sindicalismo docente na Grécia se assemelha ao de outros países, principalmente no sul da Europa, onde os sindicatos têm sido um componente ativo tanto dos movimentos por mudanças educacionais como dos esforços para elevar o nível profissional e as condições de trabalho de seus membros. Embora seja verdade que o movimento trabalhista tenha, geralmente, um programa tanto econômico quanto político, é discutível se a combinação das duas práticas é uma característica particularmente forte do sindicalismo docente, e esse continua sendo o caso.

Em suas reflexões sobre estratégia, não há discussão entre as correntes sindicais quanto à magnitude das mudanças com as quais precisam lidar, nem quanto à ameaça que elas representam para a dupla missão do sindicalismo docente. A capacidade dos sindicatos de defender os interesses de seus membros em questões salariais e de condições de trabalho foi prejudicada, assim como sua influência sobre os objetivos e processos da educação. Na pior das hipóteses, a determinação dos governos pós-2019 de não negociar com os sindicatos as reformas que introduziram pode ser um passo em direção a um processo prolongado de “despolitização”, no qual a reforma educacional é representada como um processo tecnocrático de melhoria, em vez de uma questão de debate político (KIVOTIDIS, 2023).

Qual seria a melhor resposta a essas mudanças é uma pergunta que continua em aberto. Nenhuma corrente defende o abandono da dupla missão dos sindicatos. As diferenças entre as correntes se centram nos meios pelos quais os sindicatos podem manter sua influência sobre os processos educacionais em rápido desenvolvimento. Do ponto de vista das correntes da esquerda radical, as reformas pós-2019 devem ser recebidas com oposição intransigente e com uma tentativa de organizar os membros de forma muito mais eficaz no âmbito escolar. Para as correntes de centro-direita e centro-esquerda, a estratégia sindical deve ter como objetivo criar espaços dentro da nova armação política, em que os interesses docentes possam ter destaque; ao mesmo tempo, os sindicatos

devem promover alternativas ao programa de reformas, empregando um discurso de enquadramento (KELLY, 2018) diferente do discurso do governo. As pessoas entrevistadas das correntes de centro-esquerda e centro-direita se mostraram mais propensas do que as da esquerda a manifestar interesse em produzir desafios discursivos ao neoliberalismo, na construção de alianças e na elaboração de uma identidade profissional coletiva. As pessoas entrevistadas da esquerda se mostraram mais interessadas no que se pode aprender com o sindicalismo dos movimentos sociais quanto à mobilização de professores/as e em ajudá-los/as a relacionar as questões das condições de trabalho com questões mais amplas do capitalismo e da crise.

Os sindicatos docentes são locais onde se articula não só a crítica à reforma política global, mas também a tentativa de refletir sobre os problemas do sindicalismo docente, de forma a ligar os argumentos políticos à ação coletiva. Na Grécia, tanto pelo significado histórico da “escola democrática” como pela radicalização que ocorreu no período pós-2008, esses debates são especialmente acalorados. Assim, a análise das perspectivas sindicais gregas contribui para a compreensão não apenas dos dilemas do sindicalismo docente, mas também das formas como os sindicatos estão tentando responder a esses dilemas.

Notas

- 1 Artigo originalmente publicado com o título *After the last good year: trade unions and educational reform in Greece*, Anna Traianou, em *Globalisation, Societies & Education* (Vol 23, Issue 1, 2025). Reproduzido com permissão de Informa UK Limited, que opera como *Taylor & Francis Group*: <https://www.tandfonline.com>. Tradução realizada por Érico Assis.
- 2 Ver em Traianou (2023a) uma descrição mais completa do papel da OCDE na formulação das políticas educativas gregas.
- 3 Após as eleições de 2019, a SYRIZA alterou o seu nome para SYRIZA-Aliança Progressista.
- 4 Anúncio feito em 11 de junho de 2023, transmitido pela rede Skai TV.
- 5 Anna Diamantopoulou foi Ministra da Educação, do PASOK, entre 2009-2012.

Referências

ALFAVITA. 15 January, 2021. https://www.alfavita.gr/ekpaideysi/363244_kerameos-i-axiologisi-einai-apaitisi-tis-koinonias.

BALL, Stephen & YOUDELL, Deborah. *Hidden Privatisation in Public Education*. Brussels: Education International Research, 2008.

BRUFF, Ian & TANSEL, Cemal Burak. Authoritarian Neoliberalism: Trajectories of Knowledge Production and Praxis. *Globalizations*, 2020, 16 (3): 233–244. <https://doi.org/10.1080/14747731.2018.1502497>.

- CARTER, Bob; SEVEVENSON, Howard & PASSY, Rowena. *Industrial Relations in Education: Transforming the School Workforce*. London, England: Routledge, 2010.
- CORRALES, Javier. The Politics of Education Reform: Bolstering the Supply and Demand; Overcoming Institutional Blocks. *The Education Reform and Management Series II* (1): 1–52, 1999.
- DEROUET, Jean-Louis & NORMANDO, Romuald. Caesars and Rubicon: The Hesitations of French Policymakers in Identifying a Third Way in Education and Training. *Journal of Educational Administration and History*, 2011, 43 (2): 141–163. <https://doi.org/10.1080/00220620.2011.560256>.
- DIAMANTOPOULOU, Anna. *We Change Education, We Change Greece'*, Public Lecture Given at the London School of Economics and Political Sciences. London: March, 2011.
- DIDASKALIKI OMOSPONDIA ELLADOS – DOE. The Evaluation of the Educational Task and Teachers. *Didaskaliko Vima*, 1998, 1091: 4–5 (in Greek).
- EDUCATION INTERNATIONAL. 7 May, 2013. *Greece: solidarity with teachers as their trade union rights are undermined*.
- GOLDTHORPE, John. The End of Convergence: Corporatist and Dualist Tendencies in Modern Western Societies." *Order and Conflict in Contemporary Capitalism*, edited by John Goldthorpe, 291–314. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- GRIMALDI, Emiliano & RSEPIERI, Roberto. The Transformation of the Education State in Italy: A Critical Policy Historiography from 1944 to 2011. *Italian Journal of Sociology of Education*, 2012, 10 (1): 146–180.
- GROLLIOS, Georgios & KASKARIS, Ioannis From Socialist-Democratic to “Third Way” Politics and Rhetoric in Greek Education (1997–2002). *Journal of Critical Education Policy Studies*, 2003, 1 (1).
- GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca & HYMAN, Richard. *Trade Unions in Western Europe: Hard Times, Hard Choices*. Oxford: Oxford University Press, 2013a.
- GUMBRELL-MCCORMICK, Rebecca & HYMAN, Richard. European Trade Unions: In Search of a Narrative. *Labor History*, 2013b, 54 (4): 477–483. <https://doi.org/10.1080/0023656X.2013.843859>.
- HOLUBOVÁ, Barbora et al. *Mapping the Labour Market Trends and Trade Union Policies for Young Teachers and Other Education Personnel Central European Labour Studies Institute*. Brussels: European Trade Union Committee for Education, 2022.
- HSIEH, Hsiu-Fang & SHANNON, Sarah E. Three Approaches to Qualitative Content Analysis. *Qualitative Health Research*, 2005 15 (9): 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>.
- ISYCHOS, Costas. SYRIZA's Road to Ruin. *Tribune Summer*, 2020: 24–27.
- JESSOP, Bob. CIT00201, April 2019. Authoritarian Neoliberalism: Periodization and Critique. *South Atlantic Quarterly* 118 (2): 343–361. <https://doi.org/10.1215/00382876-7381182>.
- JESSOP, Bob. Nicos Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy. *Marxist Theory and Political Strategy*. New York: Springer, 1985.
- JESSOP, Bob. *State Theory: Putting Capitalist States in Their Place*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- JESSOP, Bob et al. Poulantzas's State, Power, Socialism as a Modern Classic. *Reading Poulantzas*, edited by L. Bretthauer, 42–55. London: Merlin, 2011.
- JONES, Ken. Remaking Education in Western Europe. *European Educational Research Journal*, 2005, 4 (3): 228–242. <https://doi.org/10.2304/eej.2005.4.3.7>.

KELLY, John. Rethinking Industrial Relations Revisited. *Economic and Industrial Democracy*, 2018, 39 (4): 701–709. <https://doi.org/10.1177/0143831X18777612>.

KIVOTIDIS, Dimitrios. The Curious Case of the 'Executive State': A Critical Review of Recent Administrative Reform in Greece. Paper Presented to the 2nd Historical Materialism Conference, State in/and Crisis: Theory and Movement in a Dangerous World Athens, April, 2023.

KLEIN, Naomi. *The Shock Doctrine*. London: Allen Lane, 2007.

KOUVELAKIS, Stathis. SYRIZA's Rise and Fall. *New Left Review*, 2016, II (97): 1–26.

LITTLE, Gawain *et al.* *Lessons in Organising: What Trade Unionists Can Learn from the War on Teachers*. London: Pluto Press, 2023.

MAHARAJ, Sachin & BASCIA, Ninna. Teachers' Organizations and Educational Reform: Resistance and Beyond. *Canadian Journal of Educational Administration and Policy* (Revue canadienne en administration et politique de l'éducation), 2021, 196 : 34–48. <https://doi.org/10.7202/1078516ar>.

MAROY, Christian & VOISIN, Annelise. Think Piece on Accountability Background Paper Prepared for the 2017/8 Global Education Monitoring Report. [Research Report] UNESCO, 2017. Available at: file:///C:/Users/Anna/Downloads/UNESCO_FINAL.pdf (accessed 28.11.2022).

MAVRIS, Yiannis. Greece's Austerity Election. *New Left Review*, 2012, II (76): 95–107.

MERLE, Pierre. La loi Blanquer : une révolution conservatrice ? *La Vie des idées* <https://laviedesidees.fr/La-loi-Blanquer-une-revolution-conservatrice>.

MITSO TAKIS, Kyriakos. Parliamentary Debate of Tuesday 6th August, (Hellenic Parliament 2019), 1845.

MOE, Terry M. *Special Interest: Teachers Unions and America's Public Schools*. Washington, DC: The Brookings Institution, 2011.

MOE, Terry M. Vested Interests and Political Institutions. *Political Science Quarterly*, 2015, 130 (2): 277–318. <https://doi.org/10.1002/polq.12321>.

MÜLLER, Torsten; VANDAELE, Kurt & WADDINGTON, Jeremy. *Collective Bargaining in Europe: Towards an Endgame*, 2019, volume I, Brussels: European Trade Union Institute (ETUI).

NEW DEMOCRACY. *Education: The biggest Investment for Our Country, Pre-Election Presentation of the Party's Manifesto for Education*. Athens: New Democracy, 2019.

NORDIN, Andreas & WAHLSTROM, Ninni. *Policy Futures in Education*, 2019, 17 (3): 438–454.

OECD. *Strong Performers and Successful Reformers: Education Policy Advice for Greece*, 2011.

OECD. *Education for a Bright Future in Greece*, 2018.

OECD. *OECD Economic Surveys Greece*. Paris: OECD, 2020.

OLME. Articles of Association available at: <https://www.olme.gr/wp-content/uploads/2020/01/katastatiko-olme-2004.pdf>.

O'MALLEY, Pamela & BOYD-BARRETT, Oliver. *Education for a Democratic Spain*. London: Routledge, 1995.

PERUZZO, Francesca; BALL, Stephen J & GRIMALDI, Emiliano. Peopling the Crowded Education State: Heterarchical Spaces, EdTech Markets and New Modes of Governing During the COVID-19 Pandemic. *International Journal of Educational Research*, 2022, 114: 102006. <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2022.102006>.

- PFEFFERKORN, Roland. Inquiétante cohérence des « réformes » Blanquer et Vidal, Hiérarchisation des établissements et aggravation des inégalités sociales. *Raison présente*, 2019 (2) (n° 210) : 51–62. https://mrapstrasbourg.org/IMG/pdf/rpre_210_0051.pdf.
- POULANTZAS, Nicos. The Problem With the Capitalist State. *New Left Review*, 1969, 1 (58): 67–78.
- POULANTZAS, Nicos. *Political Power and Social Classes*. London: Verso, 1975.
- POULANTZAS, Nicos. *State, Power, Socialism*. London: New Left Books, 1978.
- REZOLA, Maria Inácia. The Revolution in School or a School in Revolution. About a Recent Essay. *History of Education & Children's Literature*, 2016, XI (1) (2016): 443–447.
- RINGARP, Johanna & Charlotte Balzer. Swedish Teachers' Unions: A Shared Strategy (Los sindicatos docentes suecos: tra- bajo estratégico conjunto). *La Revue internationale d'éducation de Sèvres*, December, 2022, 91:55-65.
- SARTZEKIS, Andreas. Reactionary School Law Passed in Greece, but the Fight Continues. *International Viewpoint*, 546, July 2020.
- SEDDON, Terry; OZGA, Jennifer & LEVIN, John. Global Transitions and Teacher Professionalism. *Educators, Professionalism and Politics*. *Global Transitions, National Spaces and Professional Projects*, edited by T. Seddon, and J. S. Levin. London: Routledge, 2013.
- SEYMOUR, Richard. *Against Austerity*. London: Pluto Press, 2014.
- STAMELOS, Georgios & BARTZAKLI, Marianna. The Effect of a Primary School Teachers' Trade Union on the Formation and Realisation of Policy in Greece: The Case of Teacher Evaluation Policy. *Policy Futures in Education*, 2013, 11 (5): 576–588.
- STAMELOS, Georgios; VASSILOPOULOS, Andreas & BARTZAKLI, Marianna. Understanding the Difficulties of Implementation of a Teachers' Evaluation System in Greek Primary Education: From National Past to European Influences. *European Educational Research Journal*, 2012, 11 (4): 545–557.
- STREECK, Wolfgang. The Sociology of Labor Markets and Trade Unions. *The Handbook of Economic Sociology*, edited by N. J. Smelser, and R. Swedberg, 254–283. Princeton: Princeton Univ. Press, 2005.
- STREECK, Wolfgang & HASSEL, Anke. Trade Unions as Political Actors. *International Handbook of Trade Unions*, edited by J. T. Addison, and C. Schnabel, 335–365. Cheltenham: Elgar, 2003.
- TRAIANOU, Anna. Greece: Towards "Europeanisation"? *Austerity and the Remaking of European Education*, edited by A. Traianou, and K. Jones. London: Bloomsbury, 2019.
- TRAIANOU, Anna. The Intricacies of Conditionality: Education Policy Review in Greece 2015–2018. *Journal of Education Policy*, 2023a 38 (2): 342–362. <https://doi.org/10.1080/02680939.2021.1986641>.
- TRAIANOU, Anna. Evaluation and Its Politics: Trade Unions and Education Reform in Greece. *Education Inquiry*, 2023b. <https://doi.org/10.1080/20004508.2023.2193015>.
- VERGER, Antoni; FONTDEVILA, Clara & ZANCAJO, Adrián. *The Privatization of Education: A Political Economy of Global Education Reform*. New York: Teachers College Press, 2016.
- WEINSTEIN, Jose & ZETTELMEIER, Werner. Introduction. Les syndicats d'enseignants : un acteur éducatif et sociopolitique en recul ou en renouveau ? *Revue internationale d'éducation de Sèvres* [Online], 2022, 91.

Declaração de divulgação

A autora não informou nenhum conflito de interesses em potencial.